



GRUPO PARLAMENTAR

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | |
| Divisão de Apoio às Comissões | |
| CTSS | |
| N.º Único | 621927 |
| Entrada/Saida n.º | 1 / Data 3 / 1 / 19 |

0Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança
Social
Deputado Feliciano Barreiras Duarte,

Assunto: Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem vindo a denunciar as múltiplas situações em que o Governo engana os Portugueses.

O Governo, com a conivência do Bloco de Esquerda e com base no objetivo assumido de “perder a vergonha de ir buscar dinheiro” aos portugueses, criou no Orçamento do Estado para 2017 o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI).

Este imposto foi anunciado como reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), representado assim uma diversificação das fontes de financiamento que acautelariam a sua sustentabilidade.

Afirmou o primeiro-ministro António Costa, a 19 de outubro de 2016 que, e cita-se: “a receita deste adicional do IMI será integralmente afeta ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social”.

Constata-se agora, no relatório do Parecer do Tribunal de Contas para a Conta Geral do Estado para 2017, que apenas 38% do total da receita do AIMI foi contabilizada no FEFSS. Ou seja, em 2017, de um total de receita do AIMI de 131 milhões de euros apenas 50 milhões foram destinados ao FEFSS.

Há, portanto e segundo o Tribunal de Contas, 81 milhões que foram desviados do FEFSS, atacando diretamente a sustentabilidade do Sistema.



GRUPO PARLAMENTAR

A gravidade desta situação exige o seu esclarecimento cabal e imediato.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.^ª o agendamento de audições, com carácter de urgência, a realizar em Comissão, ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, por forma a que sejam prestados esclarecimentos relativos ao desvio de verbas decorrentes da receita do Adicional do Imposto Municipal sobre Imóveis, que serviriam para reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, fortalecendo o Sistema Público de Segurança Social.

Palácio de São Bento, 3 de janeiro de 2019

Os Deputados

Adão Silva (PSD)

Clara Marques Mendes (PSD)

Joana Barata Lopes (PSD)

Carla Barros (PSD)

Sandra Pereira (PSD)